



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Breaking News #30

Life After The Trade War

MARÇO DE 2019

Sobre o CEBRI

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um *think tank* independente, que contribui para a construção da agenda internacional do Brasil. Há vinte anos, a instituição se dedica à promoção do debate plural e propositivo sobre o cenário internacional e a política externa brasileira.

O CEBRI prioriza em seus trabalhos temáticas de maior potencial para alavancar a inserção internacional do país à economia global, propondo soluções pragmáticas na formulação de políticas públicas.

É uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e reconhecida internacionalmente. Hoje, reúne cerca de 100 associados, que representam múltiplos interesses e segmentos econômicos, e mobiliza uma rede de profissionais e organizações no mundo todo. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por renomados diplomatas, intelectuais e empresários.

www.cebri.org

EQUIPE CEBRI | Diretora Executiva: **Julia Dias Leite** | Gerente Geral: **Luciana Gama Muniz** | Gerente de Relacionamento Institucional e Comunicação: **Carla Duarte** | **PROJETOS** > Coordenadora Acadêmica e de Projetos: **Monique Sochaczewski** | Coordenadora: **Cintia Hoskinson** | Coordenadora: **Maíra Celidonio** | Analistas: **Gabriel Torres; Teresa Rossi** | Assistentes: **Carlos Arthur Ortenblad Jr.; Mônica Pereira** | Estagiário: **Luiz Gustavo Carlos** | **COMUNICAÇÃO** > Consultor: **Nilson Brandão/Conteúdo Evolutivo** | Assistente: **Gabriella Cavalcanti** | **EVENTOS** > Coordenadora: **Giselle Galdi** | Assistente: **Beatriz Garcia** | Estagiária: **Danielle Batista** | **INSTITUCIONAL** > Coordenadora: **Barbara Brant** | Consultora: **Gina Leal** | Secretária Executiva: **Danielle Pascarella Justa** | **ADMINISTRATIVO** > Coordenadora: **Fernanda Sancier** | Assistente: **Ana Beatriz Paiva** | Serviços Gerais: **Maria Audei Campos**

FICHA TÉCNICA BREAKING NEWS | Texto: **Janaína Camara da Silveira** | Projeto Gráfico: **Presto Design** | Foto capa: **Fineas Anton / Unsplash**

Todos os direitos reservados: CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - Rua Marquês de São Vicente, 336 - Gávea - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22451-044 Tel + 55 21 2206-4400 - cebri@cebri.org.br - www.cebri.org

No dia 15 de março de 2019, ocorreu a palestra *Life After The Trade War*, proferida por Arthur R. Kroeber, que discutiu os rumos possíveis da contenda comercial entre Estados Unidos e China para a economia e a política em ambos os países. O debate foi presidido pelo Presidente do Conselho Curador do CEBRI, José Pio Borges, e ocorreu em parceria com a Casa das Garças, sede do evento.

A expectativa é de que haja um acordo ainda no primeiro semestre deste ano, dado o peso político de uma negociação positiva tanto para os governos de Donald Trump como de Xi Jinping na obtenção de entendimentos. Porém, há indicativos de que tais consensos não abranjam toda a pauta de reivindicações tanto de um lado quanto de outro, especialmente porque o embate envolve também questões relativas à corrida tecnológica que disputam e o acesso ao mercado chinês.

Neste contexto, afirma Kroeber, é imprescindível que os demais países mantenham boas relações tanto com os EUA quanto com a China sem optar por quaisquer preferências, pois ambos são parceiros em temas que envolvem desde negócios, investimentos a trocas de tecnologia, conhecimento, entre outros. Segundo o debate, a previsão é de que as disputas envolvendo Washington e Beijing sejam duradouras.

O detalhamento da discussão integra o conteúdo desta edição do Breaking News. Aproveitamos para agradecer a Arthur R. Kroeber, ao Presidente do Conselho Curador do CEBRI, José Pio Borges, e à Casa das Garças.

Breaking News #30

Life After The Trade War

MARÇO DE 2019

Há um clima de incerteza em relação ao possível acordo entre Estados Unidos e China para que se abrande a contenda comercial entre os dois países, que teve início em 2018. Um encontro entre os presidentes norte-americano, Donald Trump, e chinês, Xi Jinping, deveria acontecer na Flórida em março, mas a expectativa atual é de que ocorra em maio, o que demonstra que os dois lados ainda trabalham em um texto satisfatório.

É importante destacar que a chegada ao entendimento tem forte peso político para os dois governos: nos EUA, Trump deve tentar a reeleição e precisa de uma vitória neste caso para ampliar o capital político; na China, Xi depende de aprovação dentro do próprio partido e do meio empresarial, setores que clamam por um ambiente de negócios mais estável devido ao estágio da economia, cujo crescimento tem arrefecido. Assim, o que o autor classifica como um “armistício” na guerra comercial pode ser benéfico para os dois líderes.

Como há um forte peso para o setor agrícola norte-americano, cujas vendas para a China chegaram a cair em mais de 90% para a soja, por exemplo, Trump precisa de algumas conquistas que justifiquem a guerra comercial e, assim, manter a base de votos entre os produtores de seus país, para citar apenas um ponto do jogo político. Xi também necessita de conquistas positivas, não apenas porque enfrenta mudanças econômicas estruturais complexas e um ciclo de baixa na China, mas também porque a alteração constitucional realizada em 2018 para permitir a reeleição ilimitada para os cargos de vice e de presidente do país enfrentou pesadas críticas internas no Partido Comunista da China (PCCh).

A expectativa é de que no primeiro semestre ocorra um acordo bilateral envolvendo a queda de tarifas impostas desde o início da disputa comercial. Porém, a corrida tecnológica é central neste jogo de forças, mais complicada de ser resolvida e possivelmente ponto de tensão a longo prazo. Assim, é imprescindível que terceiros países entendam que i) disputas devem permanecer e que ii) as relações com os EUA e com a China são indispensáveis, motivo pelo qual não é possível tomar partido de um ou de outro.

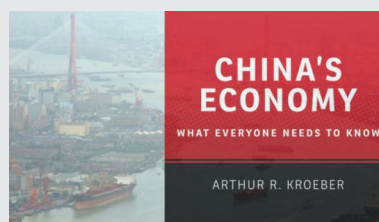
Para além das demandas do conflito comercial, há outros pontos de atenção: os EUA têm entendido como provocação projetos chineses como, por exemplo, o *Made in China 2025* (que prevê um *upgrade* tecnológico em setores industriais nacionais tais

CONTEÚDO RECOMENDADO

Economia Chinesa

O livro de autoria de Kroeber, disponível em inglês, é referência para o entendimento da economia chinesa e as bases que a fizeram chegar ao estágio atual, tendo em perspectiva a liderança do Partido Comunista da China.

China's Economy. What Everyone Needs to Know



KROEBER, Arthur R. China's Economy. What Everyone Needs to Know. NovaYork: Oxford University Press, 2016. 319p.

quais inteligência artificial, biotecnologia e robótica, entre outros), o *Belt and Road Initiative* (BRI, também chamado de Iniciativa do Cinturão e Rota e que prevê a concessão de investimentos chineses em diversos países para a construção de infraestrutura física e digital), e as expansões da presença chinesa no Mar do Sul da China. O que foi entendido como provocação pelos EUA resultou em pressões para a China e, segundo o debate, estas devem se manter devido a uma crescente rivalidade no palco global entre as duas nações.

CONTEÚDO RECOMENDADO

Conjuntura

Dados divulgados no primeiro bimestre deste ano indicam que o déficit na balança comercial norte-americana, um dos focos da agenda do governo Trump, que busca sua redução, foi ampliado em 2018.

Superávit comercial da UE com EUA aumenta, déficit com China cresce



Foto: Wikimedia

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2019/03/18/superavit-comercial-da-ue-com-eua-aumenta-deficit-com-china-cresce.htm>

O que o acordo previsto para maio deve provocar é o desapontamento por parte de norte-americanos chamados de mais “linha dura”, que defendem também concessões estruturais por parte da China. A expectativa é de que, para além das taxas, não haja avanços em mudanças estruturais chinesas, o que é visto como vitória para Beijing, que pode ganhar fôlego. Devem crescer as compras chinesas de soja e de gás natural liquefeito, aumentar a proteção à propriedade intelectual por parte da China e a processos envolvendo queixas de empresas norte-americanas.

Deve haver, ainda, concessões modestas por parte dos chineses em relação a acesso ao mercado, com algumas flexibilizações na legislação sobre *joint ventures* com companhias locais chinesas, além de um compromisso do governo chinês para que não haja a desvalorização da moeda chinesa, o *renminbi* (RMB). É esperado também um cronograma para que ambos os lados reduzam as tarifas.

No entanto, não se esperam alterações substanciais na política industrial chinesa, e nem muita atenção

ao conflito envolvendo a Huawei - empresa de telecomunicação chinesa que enfrenta restrições por parte de Washington e cuja herdeira e Chief Financial Officer (CFO), Meng Wangzhou, encontra-se em prisão domiciliar no Canadá, com risco de deportação aos EUA. Corre-se ainda o risco de não haver qualquer acordo.

Mudanças na política norte-americana ante a China

Ao longo de 40 anos, havia um consenso nos Estados Unidos de que era preciso um engajamento construtivo com a China, calcado em apoio ao crescimento econômico e à integração chinesa às instituições internacionais. Contudo, tal consenso se desfez nos

últimos cinco anos. Hoje, os EUA se preocupam com o fato de a China ser um país forte, tecnológica e geopoliticamente, o que fez da estratégia anterior algo ultrapassado. É importante notar que esta percepção deve se manter independentemente do governo pós 2020, dado a uma política de competição que deve permanecer por muito tempo.

Neste contexto, ainda não se sabe qual visão política norte-americana prevalecerá em relação à China, mas é possível identificar as forças relevantes atualmente que, segundo a palestra, pode ser dividida entre os grupos focados em negócios, defesa e comércio, além do próprio Presidente Trump.

O grupo ligado aos negócios estaria preocupado com os investimentos de US\$ 250 bilhões das empresas norte-americanas na China e em uma maior abertura de mercado. Essa vertente tem apoio no secretário do Tesouro norte-americano, Steven Mnuchin, e no diretor do Conselho Econômico Nacional dos Estados Unidos, Larry Kudlow, bem como no próprio Trump e no diretor do Escritório de Comércio e Política para a Indústria dos EUA, Peter Navarro, dadas as questões relativas à reeleição antes explicitadas.

Já o grupo de defesa, representado pelo Conselho Nacional de Segurança dos EUA e pelo Departamento de Defesa norte-americano, concentra-se na manutenção da superioridade militar e tecnológica do país. Há também as forças envolvendo o comércio, que advogam por um enfraquecimento do projeto *Made in China 2025* e os subsídios setoriais que este último prevê e pelo descolamento da economia norte-americana da chinesa. Tem como principal figura o representante do Comércio dos EUA, Robert Lighthizer.

Estes dois últimos núcleos são identificados, segundo a palestra, como os mais “linhas dura” nas proposições de condução da política de Washington ante Beijing. Eles entenderiam o *Made in China 2025* como caminho para transferência tecnológica para os setores militar e privado chineses e demandariam restrições ao movimento de *upgrading* tecnológico da China.

CONTEÚDO RECOMENDADO

A China hoje

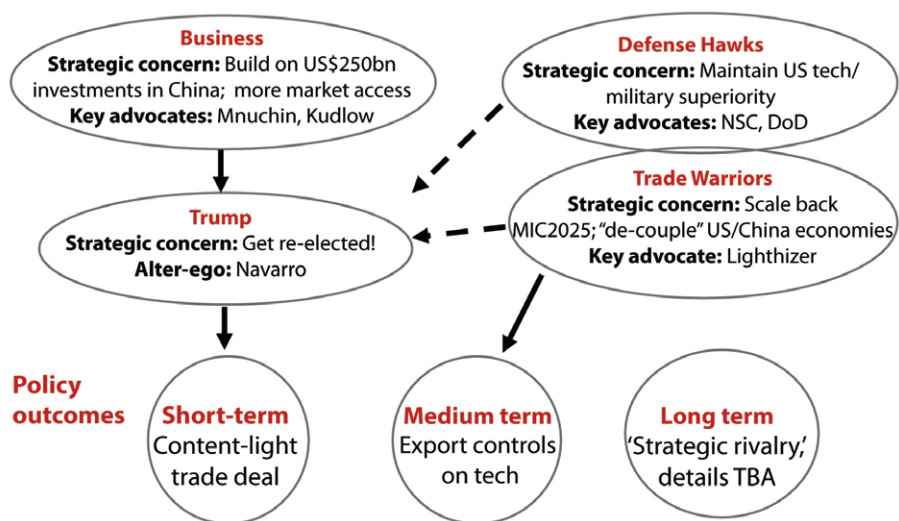
Discussão realizada pelo CEBRI com o Embaixador Marcos Caramuru, que esteve à frente da missão diplomática na China entre 2016 e 2018, dissecando o momento por que passa a economia chinesa.

A China precisa mudar?



<http://midias.cebri.org/arquivo/BKNEWS25.pdf>

FIGURA 1. The forces driving US policy towards China



Fonte: GavekalDragonomics

Tais núcleos de força podem resultar em políticas de curto prazo, envolvendo o acordo previsto para ser divulgado em maio, de médio prazo, que abrangeria controles de exportação voltados ao setor de tecnologia, e uma rivalidade estratégica que perduraria por muito tempo.

Juntos, estes grupos também têm preocupações com a segurança nacional dos EUA dado o projeto chinês do *Belt and Road* (BRI), que percebem como uma vigorosa política externa chinesa para ampliar a influência ao proporcionar o aumento da conectividade no mundo. Para além disso, a China tem expandido a presença militar, como através da recente instalação de uma base no Djibouti.

Quando se pensa num descolamento das economias, a ideia é que os norte-americanos passem a investir menos na China, segundo a palestra, o que inclui empresas (vistas ainda como agentes de transferência de tecnologia para os chineses dadas as regras locais chinesas). Terceiros países seriam uma opção, embora o mercado não acredite nesse cenário, pelo menos não para os próximos cinco anos. Hoje são mais de 7 mil companhias atuando na China, com investimentos de US\$ 250 bilhões e um mercado comprador e vendedor local que, além de demanda e escala, oferece recursos humanos com capacidades sofisticadas de gestão e engenharia considerados cruciais para os processos de inovação - o que não é fácil de ser encontrado em outro país. Há também infraestrutura logística no apoio às bases industriais.

Resumindo a situação atual, segundo o debate, os “linha dura” pedem o descolamento das duas economias, o núcleo de negócios não acredita neste caminho, mas quer me-

lhores condições na China, o que incluiria proteção à propriedade intelectual, e Trump não tem inclinação particular para uma ou outra, mas está de olho na reeleição, em melhorar a sua imagem e em reduzir o déficit norte-americano com Beijing. Os EUA ainda querem que a China se comprometa a não desvalorizar o RMB.

O lado chinês

O acordo deste semestre precisa conter vitórias para a China - como a redução de tarifas sobre seus produtos -, o que deve resultar em compras de soja norte-americanas. Tal redução pode ser atrelada à implementação de mudanças prometidas por Beijing. Porém, é preciso que o governo chinês esteja atento a outras medidas para além das tarifas.

Dois projetos de lei a serem apresentados em agosto ao Congresso norte-americano preveem constringer investimentos no setor de tecnologia na China, controlando a transferência de tecnologias “críticas, emergentes e básicas”, termos cujo escopo ainda serão definidos pelo Escritório de Indústria e Segurança (BIS, na sigla em inglês), ligado ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Um dos projetos de lei prevê apreciações mais estritas sobre o investimento estrangeiro pelo Comitê de Investimento Estrangeiro dos Estados Unidos (CFIUS, na sigla em inglês) e outro que estima maiores controles sobre exportações.

Tais controles podem funcionar de três maneiras. A mais simples é quando o Departamento de Comércio proíbe a venda ou licenciamento de um produto. Mais sofisticadas são as restrições a empresas estrangeiras que, fornecendo tecnologia constante na lista norte-americana, poderiam sofrer consequências no mercado dos EUA caso comercializassem os produtos na China - pressionando justamente decisões quanto a cadeias de suprimento. Por último, os controles poderiam dificultar ou proibir a contratação de funcionários chineses por parte das empresas localizadas nos EUA. Segundo o debate, embora estas opções sejam possíveis, podem não ocorrer, pois muitas das multinacionais norte-americanas concentram no mercado chinês entre 20% e 50% das vendas.

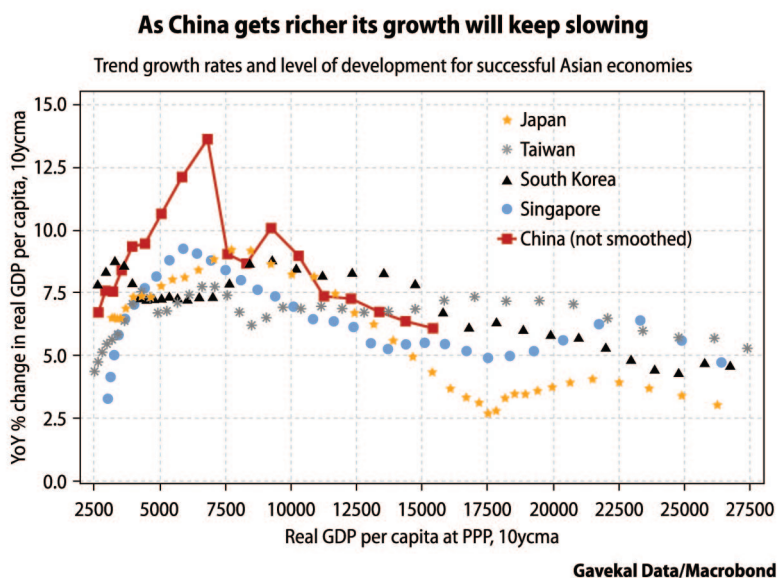
Para a China, cujo crescimento está mais lento, é importante chegar a um acordo a fim de não pressionar ainda mais a economia. A perspectiva de manter uma taxa de 6% a 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB) é factível, mas já na próxima década, a perspectiva é de uma taxa de crescimento de 5%, se tudo correr bem. O grande desafio é gerenciar tal desaceleração sem afetar a confiança dos negócios e dos consumidores.

A China quer ser líder global em inteligência artificial, semicondutores, robótica, carros movidos a novas energia além e no setor espacial até 2030, o que garantiria mais poder econômico no cenário global. Dentro de casa, o sistema político não deve mudar, nem mesmo o apoio da opinião pública, especialmente em um ambiente de fluxo de informações controlado.

Projeções para a economia chinesa

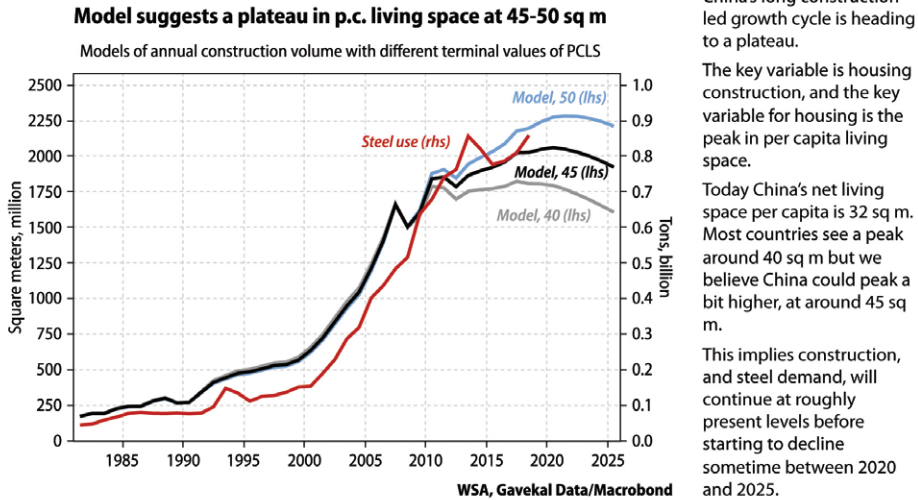
Quando se pensa na renda per capita, a tendência é de que o crescimento nos países ricos arrefeça. Na faixa em que a China se encontra agora, muitas nações do Sudeste Asiático mantiveram incremento anual de 5% no PIB per capita por entre 10 e 15 anos.

FIGURA 2. A secular growth slowdown is inevitable - but how sharp?



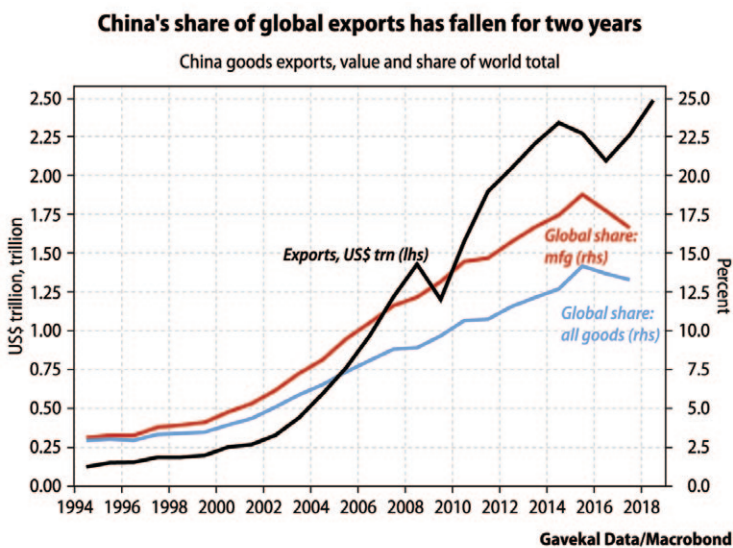
Ainda que dados demonstrem ser possível manter este crescimento, os motores tradicionais da economia chinesa apontam que tal tarefa não é trivial. A construção civil, incluindo a demanda por aço, deve derivar para uma racionalização, haja vista que o setor de habitação deve chegar ao pico nos próximos dois ou três anos, como demonstrado no próximo gráfico. Já as exportações devem seguir importantes para a economia, mas a participação global deverá cair. Por outro lado, a demanda interna deverá crescer e é o consumidor de alta renda que conduzirá a demanda. Tais aspectos também serão objeto dos gráficos subsequentes.

FIGURA 3. The long run: Construction-led growth is near a plateau



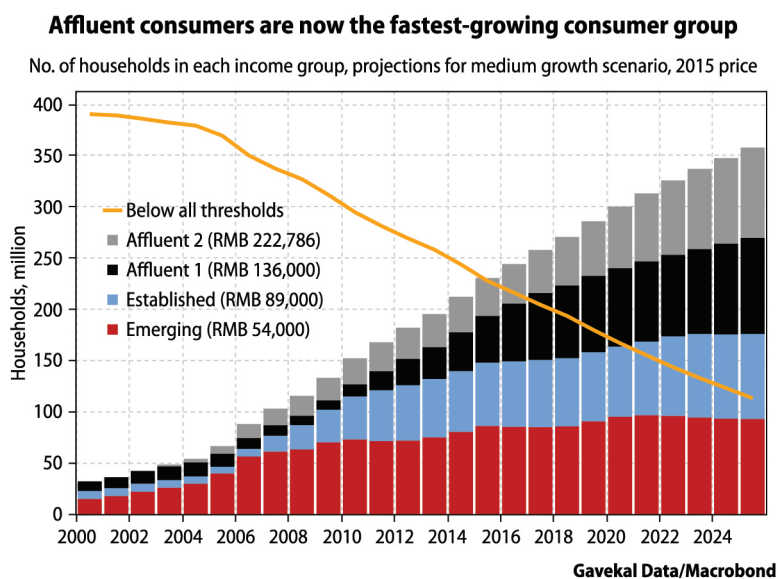
As exportações devem continuar crescendo, mas a participação chinesa global, demonstrada pela linha vermelha no gráfico abaixo, mostra que o pico ocorreu em 2015. A China continuará fazendo negócios com o exterior, mas a expectativa de incremento recai hoje no mercado interno. Ainda assim, é preciso que a China garanta um *upgrade* tecnológico para aumentar o valor de suas exportações.

FIGURA 4. The long run: Past the export peak?



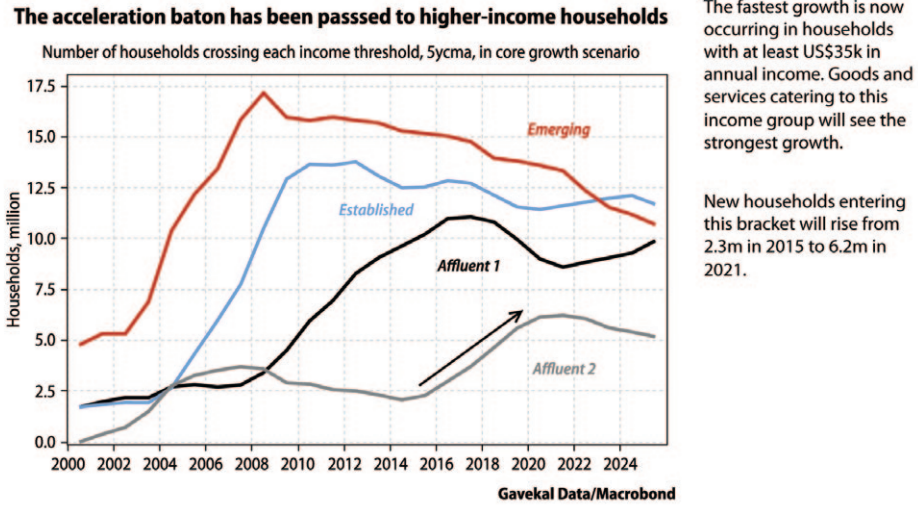
Ampliar a sofisticação dos produtos chineses não é uma demanda apenas do mercado exterior. Na China, os consumidores buscarão produtos mais refinados. A faixa de consumidores afluentes - cujas famílias deverão ter renda anual de pelo menos RMB 136 mil (ou pouco mais de US\$ 20,2 mil) deverá manter um crescimento robusto pelos próximos oito anos, como demonstrado no gráfico abaixo nos estratos em cinza e preto.

FIGURA 5. The long run: The pool of affluent consumers keeps growing



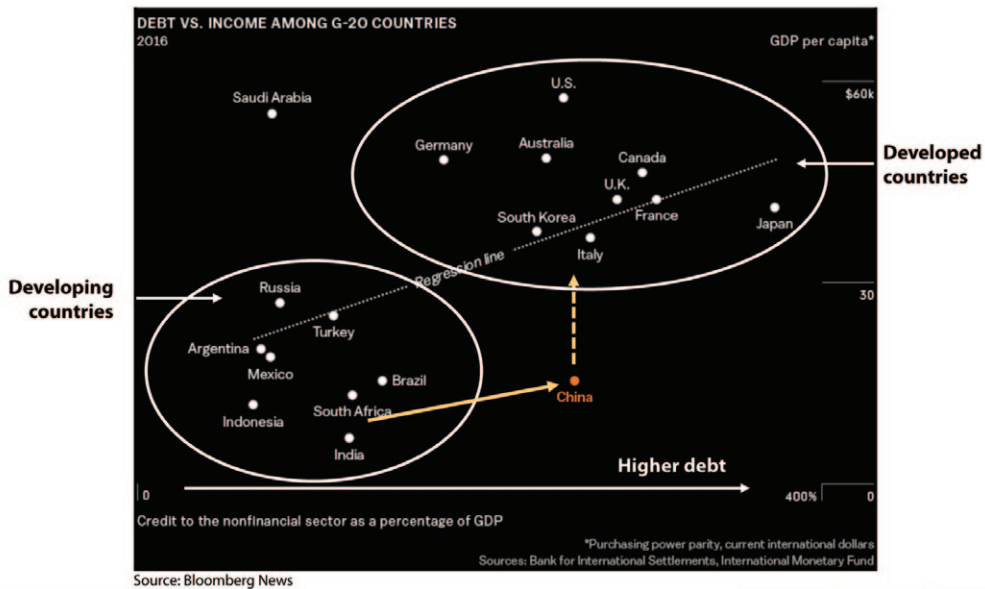
Estes grupos representados nos estratos em preto e cinza do gráfico acima, devem buscar com mais vigor serviços tais quais financeiros, médicos, de educação, turismo internacional. Interessante notar que o crescimento maior se dá nas famílias cuja renda anual é de pelo menos US\$ 35 mil. O grupo que em 2015 respondia por 2,3 milhões de famílias deverá chegar a 6,2 milhões de famílias em 2021.

FIGURA 6. The long run: Higher income households drive demand



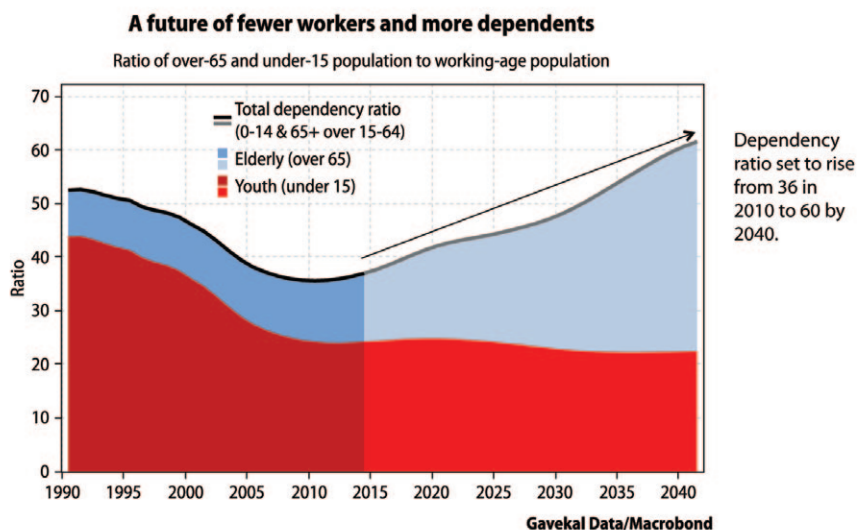
Neste cenário, a China enfrenta restrições especialmente devido ao aumento da dívida, cuja proporção em relação ao PIB se assemelha a dos países ricos, ainda que a renda média da população mantenha o padrão de países em desenvolvimento. Pode-se auferir, a partir do gráfico abaixo, que a dívida é alta em relação à renda na China, e a saída apontada foi aumentar a renda das famílias, uma transição considerada difícil.

FIGURA 7. Constraint: Future growth needs to come with less debt



As restrições provocadas pela demografia são alarmantes, haja vista que a razão de dependência (razão entre o segmento economicamente dependente e aquele potencialmente produtivo - entre 15 e 64 anos) deverá crescer de 36 em 2010 para 60 em 2040.

FIGURA 8. Constraint: Demographics are getting ugly



Ante o cenário apresentado, a China tem como oportunidade promover um *upgrade* tecnológico para aumentar o valor de suas exportações, além de utilizar mecanismos financeiros, sem aumentar sua taxa de dívida, para combater as consequências do envelhecimento populacional.

Ao entender este contexto, pode-se perceber que o conceito do *Made in China 2025* é uma estratégia fundamental para garantir o crescimento econômico via aumento da produtividade e da liderança chinesa no mundo. Nesta linha, o *Belt and Road* também terá como consequência a ampliação de mercado para produtos e serviços de empresas chinesas e da influência global de Beijing.

Porém, a China precisaria injetar mais recursos no setor privado para manter o crescimento anual em torno de 5%, segundo a palestra. Entre a década de 1980 e 2008, a economia chinesa experimentou uma robusta transferência de recursos do Estado para o setor privado. Hoje, é preciso voltar a apoiar este último, a fim de diminuir débitos corporativos estatais e incrementar a produtividade.

Segundo a palestra, quando analisados sob este prisma, tanto os planos *Made in China 2025* quanto *Belt and Road* são respostas lógicas e bem analisadas aos problemas internos da China, embora provoquem reações não só dos EUA, mas também da Europa, ampliadas também pela natureza não democrática do regime chinês. Ainda que cause estranhamento, o poder central em Beijing não deve mudar sua natureza nas próximas décadas, e a economia pode até chegar ao posto de líder mundial. Durante a palestra, foi explicitado que a China, no entanto, não deve ser o líder mundial por muito tempo pois ainda não completou o processo de *catching up* tecnológico, enfrenta o envelhecimento populacional e desvantagens estruturais.



“

Um acordo entre EUA e China envolvendo a queda de tarifas deve ser alcançado ainda no primeiro semestre, pois tanto Trump quanto Xi querem amear capital político com a negociação. No entanto, uma rivalidade estratégica, especialmente no campo da tecnologia, deve perdurar por muito tempo.”

“

Havia consenso nos EUA sobre um engajamento construtivo com a China, calcado em apoio ao crescimento econômico e à integração chinesa às instituições internacionais. Esse quadro se desfez nos últimos anos. Hoje, os EUA se preocupam com o fato de a China ser um país forte, tecnológica e geopoliticamente.”

“

É possível que a China assuma o posto de economia número 1 do mundo, mas não vejo este cenário como duradouro. A China ainda não completou o processo de *catching up* tecnológico, enfrenta envelhecimento populacional e desvantagens estruturais.”

- Arthur R. Kroeber



Biografias

Arthur R. Kroeber

Arthur R. Kroeber é chefe de pesquisa da Gavekal, empresa de serviços financeiros com sede em Hong Kong, fundador do serviço de pesquisa com foco na China Gavekal Dragonomics e editor da publicação *China Economic Quarterly*. Ele divide seu tempo entre Pequim e Nova York. Antes de fundar a Dragonomics em 2002, Kroeber atuou como jornalista econômico e financeiro por 15 anos na China e no Sul da Ásia. É membro não residente do Brookings-Tsinghua Center, professor adjunto da Escola de Assuntos Internacionais e Públicos da Universidade de Columbia e membro do Comitê Nacional de Relações EUA-China. Seu livro *China's Economy: What Everyone Needs to Know* foi publicado pela Oxford University Press em abril de 2016.

José Pio Borges

José Pio Borges é sócio-gerente da RJX Investimentos. Serviu como Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde exerceu numerosas posições. Foi também CEO da Pronor Petroquímica, Diretor do BBM - Banco da Bahia Investimentos S.A. e Diretor da Violy, Byorum & Co. É atualmente membro do Conselho de Administração da Captalys Investimentos e Diretor da Casa Stefan Zweig em Petrópolis. Recebeu diploma de bacharel em Engenharia Mecânica e mestrado em Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e concluiu mestrado em Economia na New School for Social Research em Nova York.



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Presidente

José Pio Borges

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

José Luiz Alquéres

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Ricupero

Diretora Executiva

Julia Dias Leite

Conselho Curador

Aldo Rebelo

André Clark

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Cláudio Frischtak

Demétrio Magnoli

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Joaquim Falcão

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Alfredo Graça Lima

José Roberto Castro Neves

Luiz Fernando Furlan

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Marcos Galvão

Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Ronaldo Veirano

Sérgio Quintella

Sérgio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Conselho Internacional

Albert Fishlow

Alfredo Valladão

Andrew Hurrell

Felix Peña

Julia Sweig

Kenneth Maxwell

Leslie Bethell

Marcos Caramuru

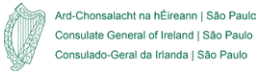
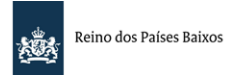
Marcos Jank

Monica de Bolle

Sebastião Salgado

ASSOCIADOS

Em março de 2019



Sócios Individuais

Adriano Abdo
Álvaro Augusto Dias Monteiro
Álvaro Otero
Arminio Fraga
Carlos Leoni de Siqueira
Carlos Mariani Bittencourt
Celso Lafer
Claudine Bichara de Oliveira
Daniel Klabin
Décio Oddone
Eduardo Marinho Christoph
Eduardo Prisco Ramos
Fernando Bodstein
Fernando Cariola Travassos
Frederico Axel Lundgren
Gilberto Prado
Henrique Rzezinski
Jaques Scvirer
João Felipe Viegas Figueira de Mello
João Roberto Marinho
José Francisco Gouvêa Vieira
José Roberto de Castro Neves
Larissa Wachholz
Leonardo Coelho Ribeiro

Marcelo Weyland Barbosa Vieira
Marcio João de Andrade Fortes
Maria Pia Mussnich
Mauro Ribeiro Viegas Neto
Mauro Viegas Filho
Najad Khouri
Paulo Ferracioli
Pedro Leitão da Cunha
Ricardo Haddad
Ricardo Levisky
Roberto Abdenur
Roberto Amadeu Milani
Roberto Guimarães Martins-Costa
Roberto Pereira de Almeida
Roberto Prisco Paraiso Ramos
Roberto Teixeira da Costa
Rosana Lanzelotte
Sergio Zappa
Stelio Marcos Amarante
Thomas Trebat
Tomas Zinner
Vitor Hallack
Winston Fritsch



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde 1998, o *think tank* de referência em relações internacionais no Brasil. Eleito em 2018 o terceiro melhor da América do Sul e Central pelo índice global do Think Tanks and Civil Societies Program da Universidade da Pensilvânia.

www.cebri.org